

4 O mundo rural em transformação e seus efeitos sobre a mulher

Desde os tempos coloniais há uma clara demarcação entre as esferas do doméstico e do público circunscritas aos limites do lar e da roça, estabelecidos pela divisão do trabalho e pela atribuição de determinados papéis no contexto familiar rural brasileiro. Assim, o homem ocupa o lugar de chefe da família e do controle da produção agrícola. Por sua vez, a mulher centra a sua autoridade nas atividades domésticas, como cozinhar e cuidar das crianças, e na colheita de subsistência. Com efeito, a construção dos domínios doméstico e público no meio rural, desde a época colonial, reflete a forte base patriarcal dessa sociedade, em que os homens possuíam o poder absoluto e estavam associados ao domínio público da vida, enquanto que as mulheres estavam confinadas ao espaço doméstico e delas se esperava um comportamento subserviente (Freire, 1975 *apud* Branco, 2000, p.32-3).

No período colonial era o homem que mantinha relação com o proprietário da terra, e o tipo de contrato de ocupação se dava em função do número de filhos e da mulher como possibilidades de mão-de-obra colaboradora. A mulher costumava dividir o seu tempo entre o trabalho de casa e da lavoura, sendo o segundo uma ajuda no contexto familiar (Silva, 2004). No entanto, ainda que homens e mulheres trabalhassem juntos, a referência feminina estava ligada à esfera doméstica.

Este tipo de produção familiar ainda é muito comum nos dias atuais nas diversas áreas rurais (principalmente no caso dos pequenos agricultores), levando-nos a uma reflexão sobre a estrita divisão doméstico e público, uma vez que ao homem é reconhecida sua atuação na esfera pública e no que se refere à mulher, embora conjugue sua atuação na lavoura com as atividades domésticas, só a última que é registrada (Branco, 2004). Em geral, ela não participa das negociações e nem da comercialização dos produtos. Desta forma, a maioria das mulheres se encarrega praticamente sozinha do trabalho doméstico e dos cuidados dos filhos.

Brumer (2004) em sua pesquisa sobre as mulheres do Sul do país, entretanto, não deixa de ressaltar que o lugar na esfera doméstica se traduz como um lugar de autonomia e de poder para elas. Dessa forma, podemos dizer que esse cenário ilustra a vida da maioria das mulheres rurais mais velhas cuja referência maior é o âmbito doméstico. Ao pesquisarmos, porém, a respeito das mais novas, constatamos a presença de outros projetos de vida que não exclusivamente a referência ao doméstico rural.

O recente processo de mudanças no contexto rural por meio do processo de modernização da agricultura nas décadas de 60-70, junto com o surgimento dos empresários rurais (em detrimento dos pequenos agricultores) acarretaram modificações no contexto da agricultura familiar e transformaram o rural em um espaço não mais exclusivamente agrícola, levando os jovens nos dias de hoje a ter diferentes perspectivas frente à vida no campo (Carneiro, 1999). Carneiro afirma que, desde 1960, os pais têm incentivado os filhos mais novos a estudar e buscar outras alternativas de vida como estratégias de sobrevivências para os jovens agricultores. No Sul, a unidade camponesa já não absorve uma prole tão numerosa, provocando a migração para nova fronteira agrícola ou mudança de ocupação. Na região Sudeste, área rural em Nova Friburgo, a pluriatividade⁶ foi a alternativa encontrada pelos jovens diante da agricultura em crise na medida em que houve uma expansão da atividade turística, possibilitando novos empregos. Assim, Carneiro constata que ao mesmo tempo em que os jovens rurais cultuam laços com a cultura de origem, vêem sua auto-imagem refletida no espelho da cultura “moderna” que lhes surgem como uma referência para a formulação de seus projetos. Observamos que muitas das jovens do campo hoje não trabalham (ou ajudam) na lavoura, e em lugar disso, estudam e formulam projetos de vida que não estão ligados à vida no campo.

Desta forma, Brumer (2004) analisa a ocorrência de acentuada migração rural-urbana dos jovens, e, sobretudo das moças, influenciadas justamente pelas mudanças nas suas aspirações decorrentes do desenvolvimento dos meios de comunicação e de transporte que aproximam os espaços rurais e urbanos,

⁶ Pequenos agricultores que conjugam a atividade rural com outras fontes de rendimento, normalmente, não vinculadas diretamente ao processo de produção agro-pecuária. Esse fenômeno chama nossa atenção no meio rural brasileiro como uma alternativa de vida no campo, em que surgem novas formas de produção e organização desenvolvidas pelas pessoas que vivem no campo, sem recorrer ao êxodo rural (Carneiro, 2004).

proporcionando, assim, um maior contato entre os jovens desses dois espaços e facilitando o acesso a outros tipos de informação. A repercussão subjetiva maior das mudanças sobre as moças é justificada por não terem tantas perspectivas de vida no campo e por desejarem trilhar um caminho diferente daquele de suas mães. Com isso elas costumam investir mais na educação do que os rapazes.

Essas mudanças parecem ter um efeito maior sobre as moças do que sobre os rapazes, em parte devido ao fato de que elas têm, em média, níveis de escolaridade mais elevados do que eles. Isso ocorre porque, de um modo geral, sabendo que são preteridas na partilha da terra familiar ou na obtenção de um emprego estável no meio rural, as moças investem mais do que os rapazes na educação, com vistas a uma possível migração para a zona urbana. (Brumer, 2004, p.219)

Parece que as mulheres têm buscado outras opções, que não seguir o caminho de suas mães, sendo o estudo e a migração opções a mais na vida delas. Brumer refere-se ao ensaio de Patrick Champagne (1986 *apud* Brumer, 2004), o qual considera a recusa dos filhos em suceder aos pais como uma recusa do modo de vida dos pais, significando que, nas representações de muito dos jovens agricultores, a vida agrícola é vista de forma negativa. Champagne atenta para a influência dos valores urbanos na crise de identidade social dos jovens do campo. Daí, a constatação introduzida por Carneiro (1999), de que os jovens nos dias de hoje convivem com a ambigüidade de quererem ser, ao mesmo tempo, diferentes e iguais aos da cidade e da localidade de origem, colocando em destaque o relato de um jovem que afirma ter a geração dele passado por um choque cultural enorme, na medida em que “convive com a coisa agrária de casar cedo e constituir família e buscar uma atividade agrária e a mentalidade trazida pelos turistas” (jovem de São Pedro da Serra – Nova Friburgo); quer dizer, os jovens rurais nos dias de hoje têm questionado a “mentalidade rural” de casar cedo e constituir família que prevalecia anteriormente no campo, o que reflete os novos valores que se apresentam no contexto rural hoje. No entanto, o casamento e a maternidade ainda são duas categorias privilegiadas pelas mulheres rurais, sendo em grande parte o caminho encontrado na busca de reconhecimento subjetivo e social, concepção essa desenvolvida pelas sociólogas Esmeraldo & Aragão⁷ (2003) que

⁷ *Ceará no feminino* (Esmeraldo et al., 2003) foi fruto de um trabalho de pesquisa realizado no período de 1993 a 1996 com 677 mulheres entrevistadas em 83 municípios do Estado

afirmam ser essas categorias elementos-chave para a construção da identidade das mulheres rurais:

Estudos voltados para a caracterização de uma identidade para a mulher rural apresentam o casamento, a sua relação com a maternidade e o lugar que ocupa no grupo familiar como elementos constitutivos de uma identidade feminina (p.15).

Continuando:

Para o casal, a maternidade é considerada ainda um complemento natural e necessário ao casamento. A maternidade também é tida como um destino natural para as mulheres. Ser mãe é um papel social importante atribuído às mulheres, que vai sendo interiorizado e incorporado de forma naturalizada pela sociedade rural (p.18).

Essa forma de entender a maternidade está associada há duas formulações discursivas presentes na sociedade ocidental: a primeira relacionada à concepção da Antiguidade clássica em que o anseio por um filho se aproximaria da própria definição de ser mulher. Essa concepção perdurou durante muitos séculos e que ainda hoje se mantém viva em regiões do mundo rural (Birman, 2001, p.86). E a segunda produção discursiva construída no cenário da Modernidade em que ser mãe passou a ocupar um lugar social de destaque.

Ao refletirmos sobre a concepção antiga, presente até os dias de hoje nas regiões rurais, da relação impreterível entre a mulher e o desejo de procriação, enfatizamos as diferenças entre as mães do campo e da cidade. Venâncio (2004) lembra que, no período colonial no Brasil, muitas mulheres da cidade abandonavam seus filhos, no entanto, na área rural, esse abandono raramente acontecia. Este era o lugar onde muitas vezes os enjeitados eram acolhidos como “filhos de criação” ou agregados por famílias estruturadas. A hipótese desse autor é que os meninos e meninas seriam bem-vindos enquanto mão-de-obra colaboradora, contribuindo para a sobrevivência da organização familiar. Nesse sentido, vale destacar a particularidade das mães rurais, cujo desejo de ter filhos, incluindo os cuidados necessários a eles e aos de criação, sobressaía sob a perspectiva da produção familiar. A nosso ver, a organização familiar rural contribuía para a perpetuação da concepção antiga do desejo de procriação

do Ceará a partir de um convênio entre a ONG CETRA e a Universidade Estadual com o objetivo de conhecer as condições de vida e de trabalho das mulheres rurais do Ceará.

associado à mulher na medida em os diversos filhos eram bem-vindos como mão-de-obra colaboradora.

Ser mãe no período colonial não se referia a um papel que enobrecesse a mulher, que deveria renunciar às suas necessidades em prol dos cuidados com os filhos. Esse tipo de discurso foi disseminado pelos filósofos, cientistas e moralistas e acabou por penetrar nos espaços rurais ao longo dos séculos XIX e XX, que o acolheu de acordo com as particularidades das diferentes regiões rurais. Assim, a maternidade que já era uma experiência próxima da mulher rural, ganhou então um novo estatuto na medida em que essa função passou a ser concebida como um destino da mulher diante de suas vicissitudes biológicas ou naturais, e como um complemento natural do casamento. No entanto, é importante frisar que a mulher rural não deixou de trabalhar na lavoura para se dedicar à criação dos filhos. Era costume colocar os filhos em balaios e cestas, carregando-os para o trabalho no campo.

Atualmente, porém, esse contexto vem se modificando, pois muitas das mulheres mais novas não trabalham na lavoura, além disso, afirmam o desejo de ter menos filhos e outras ocupações (Esmeraldo, 2003, p.19). Tudo indica que novos valores vêm se somar aos valores antigos do campo, levando as mulheres rurais mais jovens das mais diversas regiões rurais a possuir desejos diferentes do que costumava se apresentar no contexto rural anteriormente. O universo simbólico no campo se ampliou, propiciando uma gama maior de possibilidades identificatórias para as mulheres diante das novas informações que chegam devido ao desenvolvimento dos meios de comunicação, trazendo os valores urbanos modernos.

É dentro deste contexto de mudanças que nos referimos à constituição de um mercado de trabalho feminino, efeito do processo de modernização da agricultura, nas décadas de 60 e 70, que fez com que a mulher passasse a comparecer como força de trabalho individualizada e não mais fundamentalmente como força de trabalho subordinada à família. A sua entrada no mercado de trabalho assalariado foi mais uma estratégia de sobrevivência diante do processo de modernização da agricultura do que uma opção pela realização pessoal. Dessa maneira, o processo de modernização da agricultura acarretou uma série de mudanças nas regiões rurais, que afetaram principalmente os pequenos produtores, que se viram obrigados a diversificar, recorrendo ao trabalho

assalariado, à produção artesanal e a outras atividades (Suárez e Libardini, 1992, p. 8-10). O trabalho feminino ganhou um novo estatuto, na medida em que as jovens camponesas foram absorvidas em diferentes empresas agrícolas, vindo a trabalhar nos cafezais, laranjais, canaviais, etc... (Silva, 2004). De acordo com essa autora:

Não interessava mais aos proprietários das fazendas e usinas o modelo familiar de antes, igualmente não interessam mais também as mulheres enquanto parideiras, produtoras de inúmeros filhos para o trabalho. O corpo de antes, feito para produzir mercadorias e filhos, reduz-se, agora, à geração de energia para desfechar golpes duros e rápidos na cana, encher caixas de laranja e café. (Silva, 2004, p.565)

Houve uma mudança significativa no tipo de organização familiar rural. No novo contexto o trabalho feminino não se situa mais como uma ajuda ao grupo familiar, tornou-se individualizado. Assim, com a inserção no mercado de trabalho, a mulher deparou-se com uma experiência nova, que passou a lhe proporcionar satisfação e prazer. Há no interior de São Paulo, mulheres inseridas em modernos projetos agrícolas para as quais o trabalho parece produzir uma experiência de satisfação (Silva, 2004). Silva refere-se a um específico em relação ao processo de cultivo da cana-de-açúcar, denominado descarte, exercido por mulheres. Suas tarefas incluem o reconhecimento da doença, a classificação e recuperação da planta, e, de acordo com o relato de vários técnicos e feitores, os homens só são capazes de reconhecer um tipo de doença, enquanto as mulheres reconhecem todas. Por isso, essa atividade é realizada exclusivamente por mulheres, consideradas mais obedientes e responsáveis. A experiência ligada ao ato de “cuidar da cana” possui um significado especial para as agricultoras na medida em que acompanham o crescimento da cana:

...Ao mostrarem a satisfação com o trabalho, verifica-se que essa tarefa só existe enquanto tal na medida em que a trabalhadora assume o papel de maternar a cana, sendo responsável pelo nascimento, crescimento e saúde da planta. “Cuidar da cana” tem, pois, o significado profundo de maternagem. Amor, proteção, cuidado são elementos que definem o eu feminino, diferentemente do eu masculino, cujos referenciais são centrados num “ideal abstrato, de perfeição.” O eu feminino está sempre ligado ao ato de cuidar de alguém. (Silva, 2004, p.567)

Chama nossa atenção a autora referir-se a uma definição do “eu feminino”, sem apresentar nenhuma reflexão sobre as formações socioculturais que

circunscrevem a construção do feminino, correndo, assim, o risco de apresentar uma visão essencialista e universal. No entanto, sabemos o quanto a história das mulheres é marcada e significada pela experiência da maternidade, ainda que com diferentes configurações ao longo da História. Como também temos conhecimento da tradição do pensamento ocidental pautada na idéia de perfeição associada ao ser humano e tendo o masculino como referência. Birman (2001), contudo, vislumbra nos dias de hoje outras saídas para a experiência do feminino que se contrapõe à visão que tem por referência o masculino associado à idéia de perfeição. Parece-nos, entretanto, que nesse contexto rural brasileiro o feminino tem se manifestado por meio da referência ao cuidado com o outro, relacionado às noções de cuidado, proteção e amor. Será essa a referência predominante na vida subjetiva das mulheres rurais? Sendo essa a maneira encontrada de a mulher se inserir na esfera pública? De qualquer forma, vale destacar o envolvimento da mulher com o trabalho no canavial como uma experiência prazerosa.

Há ainda outras experiências de inserção no mercado de trabalho assalariado, também justificadas pela condição de pobreza e necessidade de ajudar o marido nas despesas do lar, e que foram bem-vindas para as mulheres do campo. Dizem respeito às mulheres migrantes, que partiram da região da seca para trabalhar no próprio Sertão, em projetos de irrigação do submédio do São Francisco, onde se praticam culturas diversificadas como, por exemplo, a uva e a manga. Com a experiência de trabalho, essas mulheres ganharam outras motivações. Assim, há uma nova esfera de experiência aberta pela participação feminina no mercado de trabalho, uma vez que elas passam a se comunicar mais, a estabelecer outros tipos de relação e, a partir daí, a construir novas referências pessoais e sociais. Esse novo horizonte anuncia mudanças na vida dessas mulheres com relação ao cuidado de si e à dimensão do que é da ordem do feminino, na medida em que a mulher se depara com outro universo que não o da família. Atentamos para o desejo de não mais usar roupas velhas ou ainda desejar mudar a maneira de se vestir, o de se perfumar, de participar, enfim, de poder sair do lar e se apresentar de outra forma no espaço público (Fisher, 2002). Por esse caminho, inaugura-se a possibilidade de experimentar a ampliação do território do feminino.

Ainda que esse novo leque tenha sido aberto, isso não se dá sem questões e conflitos para a mulher na condição de sujeito e na sua relação com a família,

pois a sua entrada no mercado de trabalho gera uma certa desarrumação no contexto familiar no que diz respeito aos lugares socialmente determinados para homens e mulheres. É justamente essa discussão que introduz Fisher (2002, p.3) ao analisar as conseqüências da participação da mulher no orçamento familiar. Segundo essa autora, as mulheres sentem vergonha de se posicionar diante de sua nova condição de assalariada, temendo que a sociedade considere seu marido ou seu pai como um ser inútil e dispensável, ou ainda, receiam ferir o marido. Podemos perceber assim o quanto ainda é pregnante na sociedade rural o pensamento sustentado por uma cultura patriarcal que se caracteriza pelo lugar de dominação masculina. Dessa forma, ainda que as mulheres trabalhem e recebam salários, isso é administrado pelos homens, na maioria das vezes, o marido é quem determina como ela irá gastar (ou, ainda, apropria-se de) seu orçamento, o que gera uma situação de desconforto na mulher. Podemos afirmar então que há uma dificuldade no lidar com a mulher assalariada no contexto familiar rural.

Nas regiões Norte e Nordeste, encontramos ainda a quebradora de coco; isto é, aquela que, com equilíbrio e destreza, quebra coco: *as nádegas no chão, machado afiado à frente, uma mão segura e equilibra o coco, na outra o macete* (Oliveira & Luz, 2002, p.29) para parti-lo ao meio e retirar as amêndoas. Essas mulheres têm se organizado e participado atualmente de diferentes movimentos como sindicatos, associações, grupos de estudo e fabricação de sabonetes. Formaram cooperativas de pequenos produtores do babaçu, que exportam, desde 1992, seus produtos e derivados em grande escala para empresas no setor de cosméticos da Inglaterra e dos Estados Unidos.

Tem havido uma verdadeira luta por parte das mulheres do campo para serem reconhecidas como trabalhadoras rurais e poderem adquirir direitos e benefícios sociais. Isto significa que aquelas que desejam continuar com o trabalho na lavoura, agora reivindicam seus direitos e sua participação, em pé de igualdade com os homens. O Rio Grande do Sul ocupou um lugar de destaque nessa luta, pois foi por meio da formação do movimento MMTR⁸, na década de 80, que as mulheres rurais conquistaram o reconhecimento profissional e a concessão de direitos sociais para a categoria de trabalhadoras rurais, a partir da *Constituição* de 1998 (Brumer, 2004, p.210-212; Schaff, 2001, p.421-416). Isso se

⁸ Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais.

deu simultaneamente à conquista das mulheres por terem seus nomes inseridos nos blocos de venda dos produtos agrícolas, o que significa a concretização e a comprovação de sua situação de trabalhadora rural. Essa conquista, por sua vez, possui um grande valor simbólico para a mulher do campo, uma vez que o seu nome e o seu trabalho se tornaram visíveis (Brumer, 2004, p.223). Assim, ela passa a dividir com o marido os assuntos referentes ao processo da lavoura e à comercialização dos produtos. No entanto, o alcance da nova condição trabalhadora rural diz respeito a uma minoria de mulheres nos diversos contextos rurais (Schaff, 2001, p.423).

Constatamos, então, uma maior participação das mulheres rurais nos movimentos sociais, sejam de base religiosa, associativa e feminista. Interessante foi o movimento no Sul do país, ligado à Igreja Popular que serviu de impulso para uma série de transformações na vida das agricultoras. As religiosas argumentavam que as mulheres eram supostamente complementares aos homens e, portanto, deviam participar na luta, na vida diária e na esfera da comunidade junto a eles. Acreditava-se que “Deus amava a todos igualmente” e que as mulheres, por sua função reprodutora, estariam mais perto da “fonte de vida” e que, por isso, seriam mais puras e estariam designadas para a ação social (Schaaf, 2002, p. 412-17).

Essa fonte de vida era onipresente e referia-se tanto ao papel biológico como ao papel social e espiritual da mulher. (...) Foi isso que legitimou a presença das mulheres na esfera pública da comunidade, fora de seu âmbito por excelência, a casa. Porém, a Igreja Popular não somente legitimava a presença da mulher na comunidade como a destacava como necessidade para “fermentar a luta” dos pobres, com seu valor espiritual e servil. “A quem tu serves” foi ampliado para o nível da comunidade carregada de sabedoria espiritual. (Schaff, 2002, p. 417)

Esse lugar concedido à mulher como fonte de vida foi o pano de fundo que justificou sua participação na comunidade; isso quer dizer que, a partir de suas características biológicas, a mulher ganhou uma amplitude social e pública, que até então ficava restrita à fronteira do privado. Com a inserção na esfera pública, ela veio a questionar a estrita divisão entre a esfera pública e privada.

Interessa-nos ressaltar que sob o mesmo argumento – a função reprodutora – são conferidos dois lugares socialmente distintos para mulher rural: o primeiro estritamente concebido e construído no âmbito do privado, tendo como referência

a valorização da maternidade; e o segundo, que sob o mesmo pressuposto leva-a em direção ao espaço público por meio de uma participação maior na comunidade. Com efeito, introduz-se uma mudança a partir da mesma “vocaçãõ”, em que o papel da mulher ganha então uma amplitude maior, ela passa a prestar seus serviços à comunidade, participando de ações políticas e sociais e sendo “representada como mensageira da nova vida” (2002, p.417).

Esse foi o palco que proporcionou uma série de mudanças no Sul do país com relação à organização da vida das mulheres rurais e, conseqüentemente, à emergência de novas formas de vida, a partir do momento em que determinadas práticas passaram a ser reorganizadas por meio da participação mais ativa da mulher rural na comunidade. Isso não significa, contudo, que os valores tradicionais perderam força: eles vieram coabitar com essas mudanças e trazer novas possibilidades.

A participação do movimento feminista nos espaços rurais teve sua importância, pois foi a partir de reuniões e encontros realizados nas diversas regiões que as mulheres tiveram a oportunidade de adquirir maior conhecimento sobre seu corpo e sua sexualidade, além de estabelecerem novas formas de relacionamento e convivência (*Rede feminista de saúde*, 2004, Schaff, 2002, Lopez e Rabay, 2004). Schaff (2002) constata que, a partir dos encontros, elas puderam compartilhar idéias, frustrações, angústias e medos, desenvolvendo, a partir daí, relações de carinho e colaboração, que se expressavam de forma muito diferente de sua experiência cotidiana em casa, considerando que, na relação com os maridos, se manifesta a autoridade masculina e, na maioria das vezes, falta o diálogo (p.427-30).

Em suma, a autora afirma que a participação das mulheres nos movimentos populares não está referida necessariamente à questão da cidadania, mas tem por referência a maternidade, em que o elemento-chave que motiva as mulheres à participação é o “cuidado com o outro”, destacando o cuidado com as amigas do grupo. Na sua argumentação, Schaff (2002) traça um paralelo entre a maternidade privada e a maternidade pública ou social, afirmando que essa última as proporciona algo extra que a maternidade privada não lhes oferece e que estimula um processo de auto-realização e satisfação de suas necessidades pessoais. Isto se dá na medida em que a maternidade social não remeteria as

mulheres ao isolamento nem à desvalorização que estariam embutidas na figura da mulher mãe (p.430-31).

Assim, tanto Silva (2004) quanto Schaff (2002) indicam a maternidade como uma representação predominante na vida psíquica das mulheres do campo, sendo esse o referencial que encontraram para se inserir no espaço público – seja pela participação social junto à comunidade, ou pelo trabalho no canavial (atividade do descarte), quer dizer, na visão dessas autoras a inserção da mulher rural na ordem do público tem por referência a maternidade.

De fato, parece que a referência ao cuidado do outro é parte predominante da concepção de ser mulher nos contextos rurais, o que se contrapõe na maioria das vezes à prática de cuidado de si (Lopez & Rabay, 2004). Acreditamos que essa concepção é derivada da organização familiar tradicional rural, onde a mulher é responsável pelo cuidado da família e seu trabalho tido como uma contribuição na produção familiar. Inseridos nesse contexto, o casamento e a maternidade constituem elementos fundamentais na construção da subjetividade feminina.

O intenso processo de transformação nos espaços rurais, contudo, trouxe um novo contexto, por onde destacamos uma mudança significativa na organização familiar agrícola tradicional devido à modernização da agricultura com a conseqüente constituição do mercado de trabalho feminino. Na nova experiência de trabalho (individualizado, não mais grupal), a mulher vive uma experiência que lhe traz satisfação diante das novas possibilidades na medida em que estabelece novas relações e está em contato com outras referências simbólicas. No entanto, esse processo gera uma certa desarrumação no contexto familiar, sinalizando que homens e mulheres ainda estão referidos ao modelo tradicional rural (modelo patriarcal) e sentem-se inseguros diante da nova condição da mulher.

Com efeito, constatamos uma inserção maior da mulher rural no âmbito público e destacamos três componentes que favoreceram esse processo: a constituição de um mercado de trabalho para a mulher rural, a maior participação social e a migração feminina. Interessante coincidência, pois esses mesmos três componentes foram também apontados por Michele Perrot (1995 *apud*, Nunes, 2000), no decorrer do século XIX, como fatores que proporcionaram mudanças na vida da mulher ocidental. Passado um século, vimos acontecer nos espaços rurais

um movimento que se iniciou no século XIX na Europa, e evidencia uma maior inserção da mulher no âmbito público por intermédio dos mesmos caminhos: inserção no mercado de trabalho, maior participação na sociedade e a migração feminina.

Esse quadro de mudanças parece afetar mais diretamente os jovens na medida em que muitas vezes experimentam uma situação de conflito diante da chegada dos valores urbanos atuais nos espaços rurais. Tal situação exige-lhes um processo de elaboração, tendo em vista a formulação de novos projetos para o futuro, que não o modelo tradicional de vida no campo (Brumer, 2004, Carneiro, 1999). Logo, a maioria das jovens deseja uma vida diferente de suas mães, ampliando suas possibilidades subjetivas e dando notícias que o território do feminino se apresenta sob outras formas.

Dessa forma, acompanhamos, ainda que de maneira sucinta, o processo de transformações no mundo rural e seus efeitos sobre a vida da mulher, com o objetivo de melhor localizarmos historicamente para então desenvolvermos nossa pesquisa de campo.